

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

DIFERENCIAÇÕES SOCIAIS INTRA-URBANAS NO ENTORNO DE GRANDES EMPRESAS
MINERO-METALÚRGICAS

Maurílio de Abreu Monteiro (UFPA)

Ione Maria Câmara da Silva (UFPA)

Márcia Aparecida da Silva Pimentel (UFPA)

DIFERENCIAÇÕES SOCIAIS INTRA-URBANAS NO ENTORNO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS MÍNERO-METALÚRGICOS

RESUMO

Aliados às formas de desenvolvimentos, encontram-se os processos espaciais como mediadores da percepção organizacional intra-urbana, cuja consequência das restrições sobre o modo de vida da população conduz – em casos específicos - a segregação contribuindo não só para implicações sociais como também ao não desenvolvimento local. Desse modo, os subespaços originados a partir dos recortes territoriais impostos pela modernidade projetada para a Amazônia, passam por profundas transformações inclusive sobre sua função, onde esses subespaços surgem atrelados às atividades econômicas de grande porte, como a mineração, realizada por empresas tanto nacionais quanto estrangeiras, levando a criação das “company towns” dotadas de toda infra-estrutura e estabelecendo com isso um novo modelo de relação entre os espaços no entorno dos núcleos planejados. O presente artigo busca explicar o que acontece nas áreas de influência da mineração e compreender as dinâmicas que se estabelecem em termos intra-urbanos.

INTRODUÇÃO

Os empreendimentos direcionados à extração e beneficiamento dos recursos minerais da Amazônia oriental têm sido responsáveis por significativas mudanças no espaço regional. Atrelados a essas mudanças soma-se também a grandiosidade de vultuosos recursos e inúmeras facilidades creditícias propagadas como elementos impulsionadores essenciais para o desenvolvimento local.

No entanto, o que se percebe é a não efetivação de tais metas corroborando com o surgimento e/ou a intensificação das diferenciações sociais intra-urbanas no entorno da minero-metalurgia, ressaltando assim, a dificuldade em realizar um planejamento capaz de incluir a sociedade que direta ou indiretamente sofre com as limitações econômico-financeiras e urbanas tratadas analiticamente como simples enclaves.

Com isso, torna-se necessário superar os estudos com base na visão de enclave da mineração que não conferiram importância devida aos seus efeitos na desestruturação e reestruturação social e econômica local. Não satisfazendo mais a mera constatação de muitos economicistas empenhados em explicar que as conexões fortes com a economia local não são estabelecidas e que conseqüentemente o mercado interno é incipientemente formado.

O presente artigo busca explicar o que acontece nas áreas de influência da mineração e compreender as dinâmicas que se estabelecem em termos intra-urbanos especialmente nos municípios de Barcarena, Parauapebas e Oriximiná.

O (RE) ORDENAMENTO ESPACIAL PERANTE A EVOLUÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Antes de apresentar qualquer cenário a respeito das relações sociais intra-urbanas nos municípios de Barcarena, Parauapebas e Oriximiná tornam-se necessário analisar conceitualmente a função e conseqüentemente a evolução do espaço urbano diante ao desenvolvimento das forças de produção, que de forma implícita apresenta-se a partir da (re) produção do espaço assim como do modo de vida.

Sendo assim, os três primeiros conflitos organizacionais (o capital, o social e o entorno) perpassam pela economia e atividades exercidas como formas diferenciadas das distribuições dos meios de produção, já os demais processos estão relacionados ao modo e/ou condições de vida, a exemplo, pode-se destacar a segregação, constantemente vinculada ao processo de áreas com forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre si. Dessa forma, à medida que o grau de desenvolvimento é intensificado, o uso do solo é

alterado e ao mesmo, passa a ser atribuído valor excluindo assim parte da sociedade condicionada a segregação.

É importante ressaltar também que outras formas conflituosas são estabelecidas no espaço intra-urbano, onde a percepção das diferenciações a partir da segregação não é a única forma de se avaliar o estágio do caos social, uma vez que o interesse do capital ao mesmo tempo se faz presente através das empresas, gerando a urbanização corporativa. Neste âmbito, pode-se perceber que hoje “recriam-se subespaços mediante nova regionalização que tanto pode ser o fato de produções homogêneas (...) como pode provir de relações necessárias entre um núcleo e o seu entorno imediato (SANTOS, 1993, p.115)”.

OS EMPREENDIMENTOS MÍNERO-METALÚRGICOS COMO INDICADORES DA NOVA ESPACIALIZAÇÃO SOCIAL

No caso específico da Amazônia oriental, os subespaços surgem atrelados às atividades econômicas de grande porte, como a mineração, realizada por empresas tanto nacionais quanto multinacionais, conduzindo a criação das “company towns” dotadas de toda infra-estrutura e estabelecendo com isso um novo modelo de relação entre os espaços no entorno dos núcleos planejados.

Em termos concretos o descompasso entre teoria e prática estabelecida para desenvolver a Amazônia, representa o grau de dificuldade em sublinhar os fundamentos básicos de aplicabilidade de quaisquer GPI's - Grandes Projetos de Investimentos - associados às diferentes variáveis de um determinado espaço, onde Bruseke *apud* (MONTEIRO 1998, p.43) enfatiza que “nos processos de desenvolvimento, a produção da ordem não acontece de maneira igual nem simultânea, mesmo que a produção industrial capitalista siga um único modelo de valorização do capital”. Sendo assim, as relações intra-urbanas estabelecidas constituem visões diferenciadas possibilitando por sua vez ressaltar significantes desigualdades.

Assim, destaca-se que a teorização correspondente a “intensidade do processo de mobilidade e de urbanização indica que os núcleos são simultaneamente instrumento de controle e de mudança social” (BECKER, 1990, p.61), devendo ser aliada aos resultados práticos que possam contribuir para uma melhor visualização da atual espacialização social.

A (RE) ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL ORIGINADA PELA MÍNERO-METALURGIA

Durante meio século, em diversos momentos, em torno das atividades minero-metalúrgicas, foram construídas expectativas de que, como decorrência do atendimento de demandas globais de mercadorias minerais, abrir-se-ia a possibilidade para o estabelecimento de processos impulsionadores do desenvolvimento regional por meio do surgimento de uma vasta rede de relações sociais, mercantis e não mercantis, tendo como elemento estruturador a minero-metalurgia. A expectativa recorrentemente acalentada era de que a minero-metalurgia produziria rápidos efeitos de encadeamento industrial. Entretanto, ela não foi capaz de impulsionar o surgimento da propalada rede de relações como fruto de encadeamentos “para frente e para trás” das atividades de mineração e sidero-metalurgia (MONTEIRO, 2005).

Diante de razões geológicas, históricas, de mercado e logística, de um saldo questionável, devem-se ampliar as reflexões acerca das condições sob as quais é possível converter os recursos minerais da região em vetores de desenvolvimento. Em especial porque a minero-metalurgia, na primeira década deste século, será atividade que realizará o maior volume de investimentos na Amazônia oriental brasileira dando continuidade a trajetória marcada pelo esforço a um projeto de desenvolvimento regional assentado na concentração de renda, homogeneização dos processos produtivos e na desvalorização do capital natural da região e cujos *habitus* os distanciam da possibilidade de estabelecerem redes de relações sociais, econômicas, políticas e ambientais que sejam impulsionadoras do desenvolvimento regional.

Em muitos casos o que se percebe são dados buscando apresentar correlações entre o desenvolvimento econômico-financeiro e os índices de desenvolvimento humano (IDH) como fatores positivos intimamente ligados e dependentes das atividades minero-metalúrgicas, onde os municípios-sede acabam por apresentar melhores desempenhos em relação à condição de vida dos habitantes dessas áreas (Quadro 1). Desempenho este atribuído principalmente aos recursos gerados pelos royalties.

Município	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDH-M	MÉDIA IDH-M PARÁ	MÉDIA IDH-M NORTE	IDH-M BRASIL
Barcarena	0,870	0,800	0,635	0,768	0,671	0,664	0,699
Parauapebas	0,844	0,704	0,674	0,741	0,671	0,664	0,699

Continuação do Quadro 1

<i>Oriximiná</i>	<i>0,828</i>	<i>0,733</i>	<i>0,591</i>	<i>0,717</i>	<i>0,671</i>	<i>0,664</i>	<i>0,699</i>
------------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Quadro 1. Índices de desenvolvimento humano nos municípios-sede dos empreendimentos mínero-metalúrgicos.

FONTE: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL - PNUD/ IPEA/FJP, 2000. (Adaptado pelos autores).

O gráfico abaixo estabelece a relação entre população desempregada x população economicamente ativa nos três municípios, onde a correlação apresenta-se em 0,96; no entanto não esclarecendo a concentração de extrema desigualdade que se percebe no nível intra-urbano.

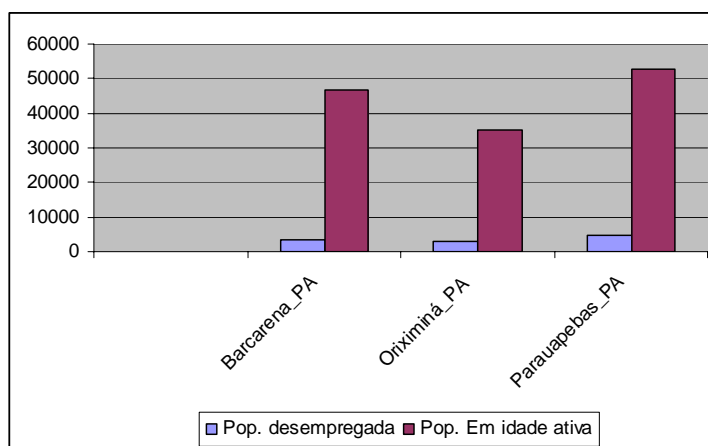


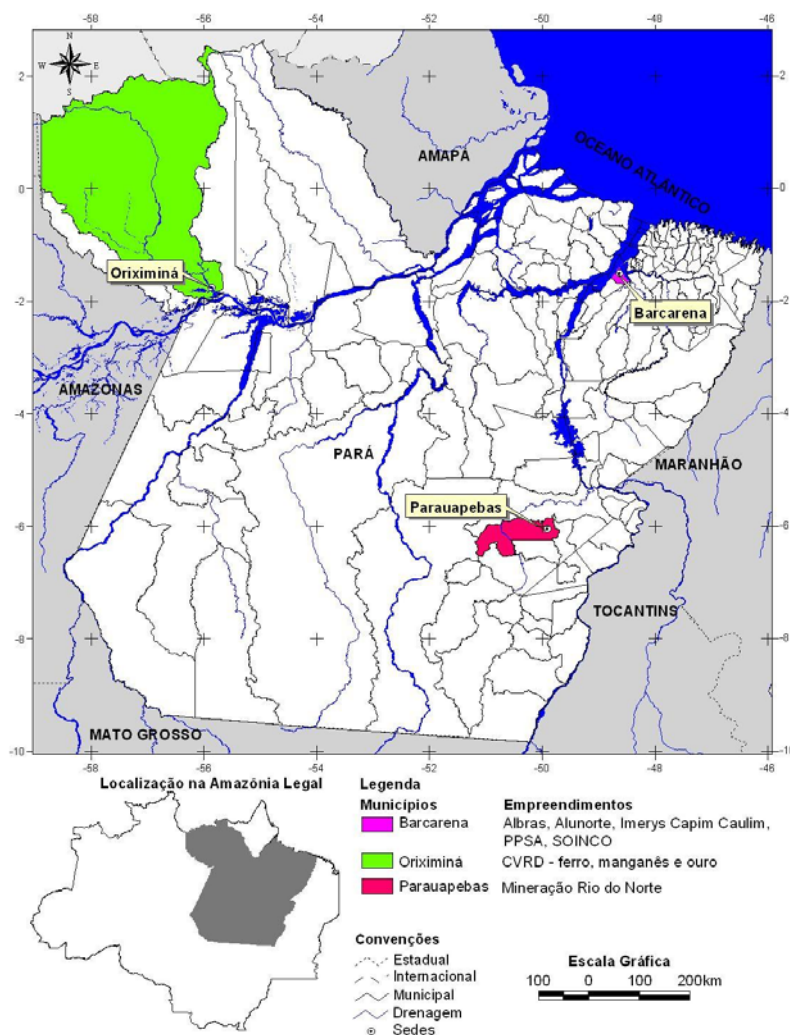
Gráfico1. População desempregada x População Economicamente Ativa entre os municípios-sede.

Contudo, as ações oriundas dos pólos mínero-metalúrgicos marcam também fortes implicações internas nos espaços urbanos que, aparentemente, por contar com médias de desenvolvimento superiores tanto no âmbito estadual quanto regional e nacional, não anulam as diferenças sociais nessas áreas, acentuadas principalmente pelo fluxo migratório atraído pela perspectiva de inclusão em tais projetos.

MÍNERO-METALURGIA E A DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL

A distribuição e dinâmica da população nos municípios paraenses mostraram significativas alterações a partir da década de 1970, com a implantação de infra-estrutura básica e dos projetos industriais de mineração, localizados próximo às áreas de atuação desses empreendimentos (Mapa 1), dando origem a cidades ou núcleos de dimensão reduzida. (COELHO et al, 2005). Nesses novos núcleos, a implantação de infra-estrutura foi pontual não garantindo sua extensão à área de influência direta ou indireta desses projetos. É o caso da

Mineração Rio do Norte (MRN) implantada em 1979 em Porto Trombetas para extração de bauxita, a aproximadamente 1.700 km da sede municipal de Oriximiná; da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com extração de ferro 1984, manganês 1985 e ouro 1990 em Parauapebas; e da transformação mineral da bauxita (ALBRAS, 1985; ALUNORTE, 1995), Imerys Capim Capim 1996; Pará Pigmentos S.A, 1996; SOINCO 1997 em Barcarena.



Mapa1. Localização dos municípios-sede no Pará com empreendimentos minero-metalúrgicos.

Fonte: Base cartográfica IBGE/2004 (Elaboração: Elton Peixoto UFPA/NAEA/LAENA).

O município de Oriximiná fica localizado no Médio Amazonas, à margem esquerda do rio Trombetas e dista em linha reta 800 km da capital do Estado (Belém). É o mais antigo dos municípios em estudo tendo sua fundação em 1894. É também o mais distante da capital do estado, mas é justamente pelo fato de ter uma das maiores reservas de

bauxita que o município passou a ser incluído na dinâmica de desenvolvimento regional, proposta pela implantação das empresas mineradoras.

Os primeiros mapeamentos de bauxita (minério do alumínio) na Amazônia se deram a partir da descoberta das reservas de Trombetas, localizadas no Pará pela empresa canadense ALCAN, no ano de 1967. Mas, foi mediante os estudos da empresa estatal brasileira Rio Doce Geologia e Mineração S/A (DOCEGEO), que as reservas do país passaram para 4,4 bilhões de toneladas, em 1983 (Santos, 1986). A tendência ao esgotamento desse minério nos países capitalistas centrais e as descobertas das reservas em países periféricos, principalmente Brasil e Austrália, transferiram o foco do interesse de exploração da bauxita para estes países. No caso da MRN, a principal parceria se desenvolveu com a ALCAN, que detinha a maior parte das reservas de Porto Trombetas, após a CVRD.

Um período que se estende de 1971 até 1979, com interrupção entre 1972 e 1977, foi caracterizado pelas obras de implantação do empreendimento, e a população se desenvolveu com as características que assume nas grandes obras realizadas em lugares remotos: composta totalmente de trabalhadores migrados de outras regiões, quase que exclusivamente do sexo masculino e de faixas etárias economicamente ativas; variando sua quantidade segundo a fase e a amplitude das obras realizadas.

A população ligada diretamente à MRN ainda era pequena. Mas, a partir de 1979, com a implantação da infra-estrutura em Porto Trombetas e a necessidade emergencial de iniciar a produção para o atendimento de exigências contratuais de fornecimento de bauxita, principalmente internacionais, constituiu-se uma população inicial ligada à MRN, composta em grande parte pelos próprios trabalhadores das empresas de construção civil que haviam construído o empreendimento, sendo este um mecanismo indireto de absorção da população originária da região.



Foto1. Município de Oriximiná

No caso de Parauapebas que se encontra no sudeste do estado do Pará, o processo histórico foi diferente. O município data de 1988, portanto de formação recente, desmembrado do município de Marabá. Iniciou-se com o surgimento de alguns garimpos de ouro na região do Sossego quando começou a haver um fluxo migratório intenso em direção ao mesmo, firmando-se uma aglomeração urbana desordenada nessa rota. Paralelamente, a Companhia Vale do Rio Doce, presente na região desde 1984, optou por construir um núcleo habitacional fora de suas instalações, dotado de água tratada, esgotos coletados, rede de energia elétrica, hospital público e uma escola, com o objetivo de dar apoio ao projeto de exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás. A concepção original era de que o núcleo urbano abrigasse as pessoas que desejassem instalar, em caráter pioneiro, os mais diversos empreendimentos que servissem de apoio ao Projeto, e abrigar os funcionários da ferrovia.



Imagem do Satélite – Detalhe em Azul o Município – Detalhe em Amarelo o Aeroporto de Carajás – Detalhe em Vermelho o Núcleo Urbano da Serra de Carajás.

A notícia da construção do núcleo de Parauapebas provocou um intenso deslocamento de pessoas para a área. Em pouco tempo, entretanto, o povoado de Rio Verde, núcleo urbano que surgiu espontaneamente, apesar das condições inferiores em relação aos padrões do núcleo projetado, superou a população deste. Atualmente, Rio Verde foi incorporado ao município de Parauapebas. Dessa forma, a origem do município exemplifica a condição própria de territorialização atribuída aos empreendimentos de mineração.

Acompanhando a lógica de atuação desses empreendimentos, Barcarena sofreu um processo de reestruturação espacial semelhante aos municípios anteriormente citados, onde de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em 1970 a população rural de Barcarena chegava a 15110 contra apenas 2338 em área urbana, totalizando um universo de 17448 habitantes. A sociedade local tinha como base à propriedade de uso coletivo, com sua economia voltada para a agricultura de subsistência, mantendo também como fonte de renda pequenas criações de animais, caça, pesca e o extrativismo vegetal.

No entanto, uma década depois, as alterações territoriais já demonstravam inevitavelmente o reflexo sobre as condições de vida da sociedade, assim como as diferentes formas de espacialização, onde a população tipicamente rural, - com a inserção de projetos voltados ao desenvolvimento econômico-, é submetida às transformações espaciais devido aos constantes remanejamentos. Acentuando desta maneira os desníveis intra-urbanos que passaram a nortear tais condições apresentando-se em “permanente estado de reajustamento sob a influência da realidade econômica e social que ao mesmo tempo exerce sua influência sobre esta realidade” (ROFMAN, 1974, p.18).

Pode-se perceber o marcante contraste entre áreas do entorno do complexo metalúrgico mediante origem às ocupações espontâneas, mesmo que em documentos oficiais o pólo criado para a microrregião tivesse caráter de cidade aberta ressaltando que “o projeto das áreas sociais foi elaborado sobre *um programa de atividades abertas, alternativas para toda a população* (SUDAM, 1980, p.62, grifo nosso)”. Sendo que tais atividades direcionadas a atender toda população não foram executadas, percebe-se que a partir de 1980 os primeiros imigrantes atraídos pela possibilidade de emprego sem ter um local apropriado para morar passam a ocupar o bairro conhecido atualmente como Bairro Novo.

DIFERENCIAÇÕES SOCIAIS INTRA-URBANAS NO ENTORNO DA MÍNERO-METALURGIA

Certamente, ao atrair fluxos migratórios, por meio do Estado, interessado em disponibilizar mão-de-obra barata aos empresários de outras regiões surgem conseqüências que atingem diretamente as pessoas que já estavam no local, assim como aqueles que são utilizados em trabalhos temporário. Com este propósito o Estado acaba contribuindo para que o povoamento direcionado a Amazônia – especialmente em áreas de mínero-metalurgia – seja acompanhado pela intensificação do processo de urbanização e criação de novas cidades que concentram migrantes excluídos das atividades desses empreendimentos (MONTEIRO 2005).

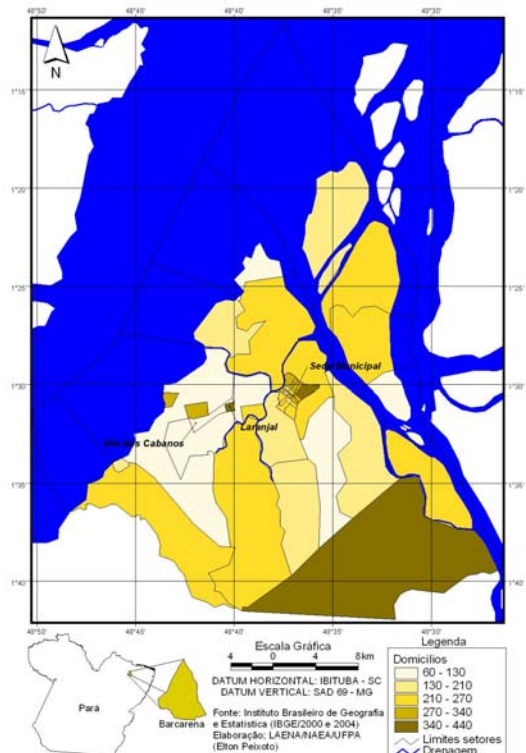
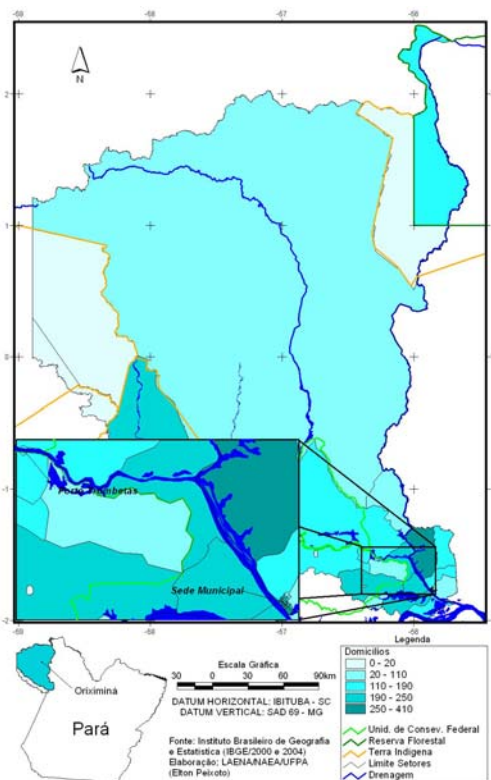
A partir da constatação desse processo de urbanização marcado mediante a intensificação do uso do solo nas áreas do entorno da minero-metalurgia, alguns elementos neste item serão apresentados buscando evidenciar tais diferenças, que em muitos casos são mascaradas por estimativas induzidas pela atuação das indústrias ganhando atributos de iniciativas promotoras do desenvolvimento local.

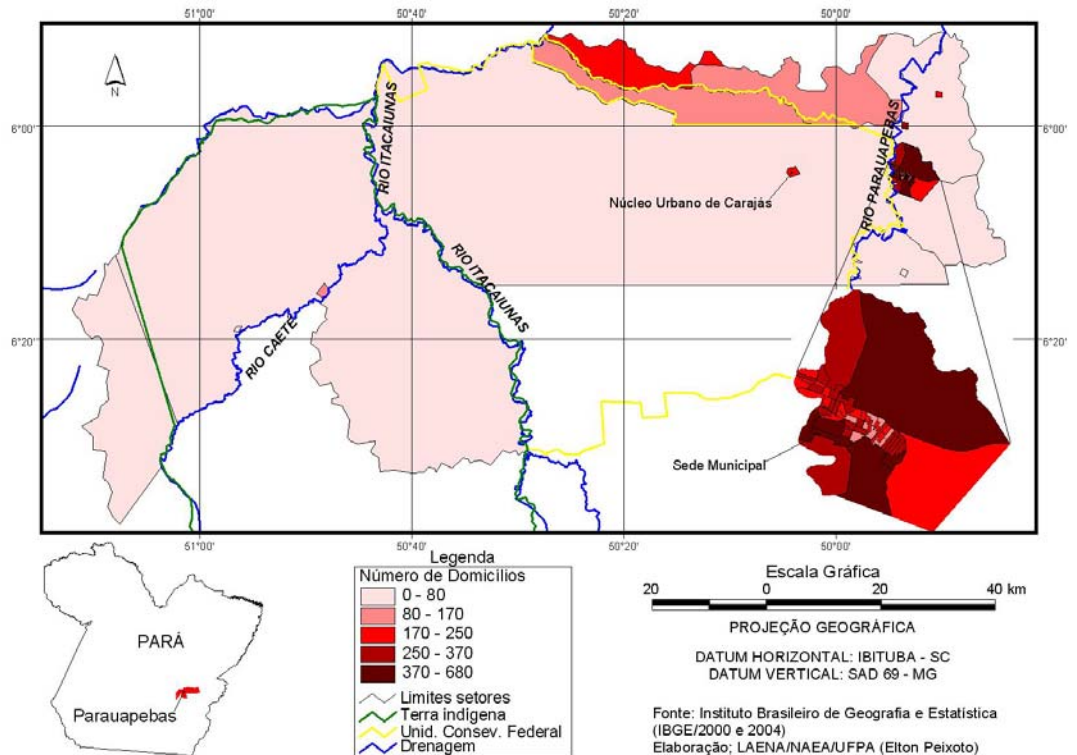
A MRN e a CVRD, na busca da realização de seu interesse último, incluiu nas suas estratégias de produção o desenvolvimento de elevados níveis de eficiência e produtividade, alcançados mediante um processo técnico de trabalho avançado. Para tal, necessitam de mão-de-obra qualificada, eficiente, estável e adaptada, levando a empresa a definir algumas políticas avançadas no campo social e de organização do espaço. A determinação se deu por mediação, principalmente da política social e do modo como às empresas organizaram o espaço social, da produção propriamente dita, e da reprodução da força de trabalho. Em outras palavras, tal política encontrou sua materialização em termos de condições de vida, nas concretas condições ambientais; de moradia; de saneamento; de alimentação; de nutrição; de emprego; dos benefícios e da integração social e de trabalho. Mas, a presença do Estado mediante a participação de empresas estatais, que naquela conjuntura pode garantir a preservação de interesses econômicos estratégicos do país, garantia a sustentação de interesses sociais em nível satisfatório apenas para as populações vinculadas diretamente ao processo produtivo, no caso as ligadas diretamente à MRN em Oriximiná e á CVRD nos municípios de Parauapebas e Barcarena.

Não se registram, porém a ação do Estado para estender os benefícios do desenvolvimento gerados por tais empreendimentos à população regional, o mecanismo mais

visível nessas áreas do entorno é o que se estabelece entre segregação residencial e a exclusão do acesso às oportunidades de trabalho, renda e escolaridade. Este fato torna-se nítido a partir do momento da execução processo produtivo desses empreendimentos, onde observamos a combinação perversa de barreiras para a mobilidade social entre as ocupações qualificadas e não-qualificadas, excluindo amplos segmentos de trabalhadores do acesso aos postos mais estáveis e possibilitando territórios vulneráveis.

A consequência dos efeitos de segregação e segmentação territorial manifesta-se de forma evidente (Mapas 2, 3 e 4), no explosivo crescimento das ocupações espontâneas nos municípios-sede. Sendo de fato uma forma de negligenciar a existência e importância dos indivíduos dessas áreas, demonstrando assim, a ausência de uma política habitacional, proporcionando a um vasto conjunto da população instalar-se em solos não apropriados sob diversos pontos aspectos. Além criação da integração marginal à cidade planejada, que atua como mecanismo de exclusão dando origem a combinação da urbanização entre *laissez faire* urbano e a política de tolerância total proposta para a região.





Mapa 4. Concentração domiciliar em Parauapebas

A dramaticidade do quadro das desigualdades sócio-espaciais não está apenas nos números, mas no que eles traduzem como evidências da manutenção e mesmo exacerbação das distâncias sociais que separam e conduzem as diferenças intra-urbanas no entorno da minero-metalurgia de “cima para baixo”, separando os privilegiados dos vulnerabilizados e excluídos. Para uma melhor percepção sobre a discussão a ser apresentada referente aos municípios de Barcarena, Parauapebas e Oriximiná foram utilizados dos setores censitários disponibilizados pelo IBGE 2000.

Quando os serviços básicos disponíveis são analisados, os setores de menor concentração domiciliar são os que disponibilizam as melhores condições, garantidas pela infra-estrutura restrita as áreas previamente selecionadas e planejadas pelos projetos, em detrimento da maior parte da população já estabelecida assim como aquela que foi atraída por tais empreendimentos. Dessa maneira, podem ser constatados que os primeiros desníveis quanto à disponibilidade ao saneamento básico, onde as áreas do entorno apresentam um enorme contraste referente aos serviços como rede geral de esgoto, coleta de lixo e rede de abastecimento de água, podendo ser considerados como deficitários ou inexistentes.



Foto 2. Bairro do Laranjal em Barcarena.



Foto 3 (Dion Monteiro.) Habitações no lixão em Parauapebas (Jan.2006).



Foto 4. Núcleo Planejado de Carajás.



Foto 5. Área urbana em Oriximiná.

Municípios	Infra-Estrutura ¹	Serviços ²	Renda
Barcarena	Médio	Ruim	Ruim/Médio
Parauapebas	Ruim	Ruim	Ruim/Médio
Oriximiná	Médio	Ruim	Ruim

Quadro2. Qualificação sócio-espacial intra-urbana dos municípios-sede localizados no entorno da minero-metalurgia.

Elaborado pelos autores. Fonte IBGE 2000.

Quanto à renda de muitas famílias que se evidencia é o retrato da pobreza, em oposição mais uma vez ao que foi anunciado durante a instalação das indústrias, onde na época era proposto “a mixagem cuidadosamente programada de todos os níveis de renda, evitando a segregação da população de renda mais baixa em favelas periféricas ou externas, alijadas do conjunto urbano e sua infra-estrutura básica” (SUDAM, 1980, p.71). A diferença torna-se visível principalmente quando a comparação é feita no âmbito das áreas planejadas, onde as famílias apresentam em sua maioria rendas que variam de 3 a 5 salários, chamando atenção também para o número significativo daqueles que contam com rendimento superior a 10 mínimos.

Mostrando que a concentração de renda pode ser avaliada como um dos indicadores mais importantes para determinar as diferenciações sociais impostas, assim como evidenciar que a expansão dos efeitos econômicos não alcançou se quer em menor intensidade os indivíduos situados nas áreas de “influência” do pólo de desenvolvimento que deveria ter sido originado, indefinido e/ou ignorando a responsabilidade perante aqueles que já se encontravam no município ou aos migrantes atraídos para a região, permanecendo com situações inalteradas até hoje.

Com isso, convém destacar também que a diferenciação não está limitada somente às áreas espontâneas como foi anteriormente exposto, uma vez que no âmbito da própria “*company town*” pode ser percebido o distanciamento entre classes sociais mediante a função desempenhada dentro da empresa “as residências foram classificadas em três níveis hierárquicos básicos, que por sua vez, (...). Para a diretoria (...) eram destinadas casas tipo ‘A,’ aos funcionários do nível técnico casas tipo ‘B’ e operários casas tipo ‘C’” (TRINDADE Jr.2001, p.232), essas divisões contribuem para acentuar ainda mais as desigualdades entre os padrões de vida dentro do próprio núcleo.



Foto 6. Entrada do Núcleo com a cerca de proteção.



Foto7. Núcleo planejado de Carajás com acesso restrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia permaneceu por muitos anos sem uma política mais concreta de desenvolvimento regional. No entanto, atualmente as implicações dos grandes empreendimentos minero-metalúrgicos para a região são inúmeras.

Os grandes projetos de mineração seguem a trajetória da internacionalização da economia brasileira, respaldada na ideologia desenvolvimentista. Tais facilidades confirmam a dominação da economia transnacional sobre a economia brasileira, desnudando o significado do modelo oficial de desenvolvimento do país e, especial da Amazônia. Essa situação atribuiu ao Estado brasileiro à função de articulador e administrador “de uma economia que, na verdade, é uma unidade contraditória sob a direção dos grupos econômicos transnacionais” (Ibase, 1983).

Aliado a essa dominação, percebe-se também o desnível tecnológico em relação às atividades produtivas antes existentes, pelo controle que os grupos econômicos envolvidos possuem sobre a produção e comercialização, acelerando o processo de desestruturação e desagregação das estruturas econômicas locais. De forma concomitante, percebe-se também o crescente fluxo migratório que acompanha esses empreendimentos, no qual grande parte da mão-de-obra não é qualificada elevando o número de desempregados e inchando os núcleos urbanos.

Dessa forma, evidencia-se que enquanto se pensar em pequenas ações amplamente divulgadas pelos veículos de comunicação como medidas mitigadoras aos problemas gerados nas áreas de atuação das empresas, estará se incorrendo ao erro de não conceder a essas famílias condições dignas de sobrevivência, onde um verdadeiro muro acaba sendo erguido delimitando um recorte do espaço privilegiado em detrimento dos demais.

A percepção das variáveis sociais isoladas dos grandiosos resultados numéricos da contribuição econômica da minero-metalurgia para o desenvolvimento regional demonstra com mais clareza como os empreendimentos alteraram as condições de vida, assim como a organização intra-urbana da população local.

É válido lembrar que em nenhum momento se procurou atribuir somente às empresas o papel de planejamento e estruturação local, sendo esta tarefa cabível e de competência do Estado e Município, no entanto é também de devida responsabilidade das mesmas atuar de forma consciente, onde se cumpra de fato às ações estabelecidas nos projetos que anteciparam suas instalações, assim como se execute programas de remanejamento condizentes a realidade das famílias e não a simples retirada direcionado-as para as áreas distantes tanto dos empreendimentos quanto da infra-estrutura. Para que isso aconteça, torna-se necessário repensar as políticas públicas adotadas para a região, onde as mesmas – como

foi amplamente apresentado nesse artigo - se distanciam da realidade local e com isso acabam não contribuindo para a efetivação do desenvolvimento, assim como originando novas e desiguais dinâmicas intra-urbanas.

Notas

1. Infra-estrutura: O conceito de qualificação foi elaborado a partir da análise dos setores censitários do IBGE 2000, onde as variáveis rede de esgoto, fossa séptica, wc/sanitário, originou o indicador denominado de infra-estrutura.

2. Serviços: Utilizando a mesma metodologia, o indicador serviços atribuiu conceitos as variáveis abastecimento de água e coleta de lixo.

REFERÊNCIAS

BECKER, B.K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990, (Série Princípios).

COELHO, M.C.N., MONTEIRO, M. A. et al. **Regiões do entorno dos grandes projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental**. Belém: Novos cadernos NAEA. v.8,n.2.2005, pp.73-107.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro**. Rio de Janeiro. Achiamé, 1983. 155p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: pesquisa referente às características dos setores censitários do município de Barcarena**. 2000.

MONTEIRO, M.A. **Siderurgia e Carvoejamento na Amazônia: drenagem energético-material e pauperização regional**. Belém: UFPA/NAEA. 1998.

_____. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Revista Estudos Avançados*, 19(53). USP/IEA, São Paulo, jan./abril 2005. pp187-207. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>.

ROFMAN, A. B. **Dependencia, estructura de poder y formación regional en América Latina**. Buenos Aires, Siglo XXI, Argentina Editores, 1974.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec. 1993, (Col. Estudos Urbanos 5).

SUDAM. **Plano Urbanístico de Barcarena**. São Paulo: Guedes e Associados, 1980b. vol. 2.

TRINDADE JR., S. C. & CHAGAS, C. A. N. A company town do alumínio: compreensão e práticas espaciais. In: TRINDADE JR. S.C. da & ROCHA, G. de M. (Org.). **Cidades e empresas na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002.